

GRAMATICALIZAÇÃO DE CONJUNÇÕES: O CASO DA PERÍFRASE “SÓ QUE” *

Sanderléia Roberta LONGHIN-THOMAZI

RESUMO *O objetivo deste trabalho é analisar o processo de gramaticalização que originou a perífrase conjuncional “só que”, partícula que tem a propriedade de estabelecer, entre os segmentos que articula, o sentido pragmático de cancelamento de pressuposição. Para tanto, num primeiro momento, busco uma fundamentação teórica mais sólida a respeito do conceito de gramaticalização. A seguir, recupero um pouco da história das conjunções; e, por fim, descrevo o comportamento lingüístico de “só que”, considerando aspectos relacionados à orientação argumentativa, à distribuição de informação e ao tipo de conexão estabelecido por “só que”.*

ABSTRACT: *The purpose of this paper is to analyze the process of the grammaticalization that originated the periphrasis “só que”, which is a coordinating conjunction that establishes the basic pragmatic meaning of presupposition cancellation between the segments that it articulates. In order to do so, a more substantial theoretical support concerning the concept of grammaticalization is firstly pursued. After that, an investigation of the history of conjunctions is carried out. Finally, the linguistic behavior of “só que” is described considering aspects related to the argumentative orientation, the distribution of the information and the kind of connection determined by “só que”.*

INTRODUÇÃO

Considere o exemplo abaixo, em que a perífrase *só que* articula orações, estabelecendo entre elas um sentido de contraste:

* Texto resultante da Tese de Doutorado, apresentada ao Curso de Lingüística do Instituto de Estudos da Linguagem, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), no dia 04 de fevereiro de 2003, sob a orientação da Prof. Dr. Rodolfo Ilari.

(01) A número 1!!! A música é a mesma, o mesmo o ritmo febril das imagens que se sucedem, o mesmo o gesto de fazer o número 1 erguendo o dedo indicador. Tudo como no anúncio da cerveja. **Só que**, em vez da cerveja, o que se tenta vender é a candidata. Sai a Brahma, entra Roseana Sarney. (*Veja*, ano 35, n.º 05, p.114)

O objetivo deste trabalho é estudar a emergência de *só que* como parte de um mecanismo muito produtivo de formação de conjunções, que vem se consolidando há séculos, a partir da reinterpretação de material lingüístico disponível no repertório da língua. Processos similares são referidos, na literatura lingüística, como casos legítimos de Gramaticalização (GR, de agora em diante).

1. GRAMATICALIZAÇÃO DE CONJUNÇÕES

Os trabalhos sobre GR realizados na última década citam frequentemente o clássico *L'évolution des formes grammaticales* (1912), de A. Meillet, e reservam para o autor um papel pioneiro no processo de definir GR e de justificar a relevância de seu estudo como um tópico importante em lingüística. Na realidade, naquele trabalho, o que Meillet faz é distinguir dois aspectos da dinâmica das línguas, já conhecidos e investigados há bastante tempo. A saber, ele separa dois procedimentos que, resultantes do uso que é feito da língua, seriam os grandes responsáveis pelo surgimento de formas gramaticais. Um deles é a inovação analógica que consiste, em termos muito gerais, na criação de uma forma nova a partir do modelo de outra já existente no sistema da língua; e o outro, para o qual Meillet cunhou o termo “gramaticalização”, consiste em um processo essencialmente histórico, pelo qual se atribui um caráter gramatical a uma palavra previamente autônoma. Por outras palavras, o autor explica que o processo de GR envolve dois componentes lingüísticos, o léxico e a gramática, e estabelece entre eles uma relação unidirecional, no sentido de que os elementos do léxico “migram” eventualmente para a gramática, mas não vice-versa.

Uma nova representação da GR que muito influenciou os trabalhos das gerações posteriores está em Givón (1979). O autor desenvolve a tese de que as estruturas gramaticais de qualquer língua são produto de constantes mudanças motivadas por necessidades do discurso. Nesse sentido, diz ele, estruturas discursivo-pragmáticas, tipicamente mais “frouxas”, se desenvolvem, no tempo, em estruturas sintáticas gramaticalizadas, tipicamente mais “ajustadas”. Esse processo unidirecional, pelo qual a linguagem toma estruturas do discurso e as condensa – via sintaticização – em estruturas sintáticas, é bem representado pelo slogan “a sintaxe de hoje é a pragmática discursiva de ontem”, do qual se apropriou uma lingüística funcionalista emergente. Com isso, Givón inaugurou uma linha de pesquisa em que

a GR passou a ser vista não só como a reanálise de material lexical em gramatical, mas também como a reanálise de padrões discursivos em padrões gramaticais.

Uma definição de GR adotada com frequência nos trabalhos atuais é aquela de Heine *et al.* (1991). Para eles, a GR consiste num processo em que uma unidade ou estrutura lexical assume uma função gramatical ou, se já gramatical, assume uma função ainda mais gramatical. Em contrapartida, a concepção de GR lançada por Traugott & König (1991) é formulada em outros termos. Segundo eles, a GR consiste num processo gradual de pragmatização do significado, que envolve, por um lado, estratégias de caráter inferencial que levam ao aumento de informação pragmática e, por outro, estratégias metafóricas de aumento de abstração. Os autores afirmam que a GR atinge itens referenciais, cujos significados são identificáveis nas situações extralingüísticas, e os pressiona a codificar significados cada vez mais vinculados ao contexto pragmático.

Uma formulação similar é encontrada em Sweetser (1991), que atribui à GR um mecanismo geral de mudança semântica, que opera por meio de projeções metafóricas entre diferentes domínios conceituais. Nesse mecanismo, os significados têm sua aplicação estendida pelo desenvolvimento de várias polissemias. Além disso, argumenta a autora, a mudança tem uma direção bem definida: o vocabulário de domínios mais concretos, próximos à experiência física, é fonte permanente para o vocabulário de domínios mais abstratos, que incluem os estados psicológicos dos falantes (avaliações, expectativas, crenças e atitudes).

No caso particular da GR de conjunções, os trabalhos mais representativos são os de Traugott & König (1991), Heine *et al.* (1991) e Sweetser (1991). Nesses trabalhos, são propostos esquemas que visam a explicar os caminhos percorridos pelo item até se tornar uma conjunção.

Para Traugott & König (1991), as mudanças de significado que ocorrem nos processos de GR de conjunções seguem uma trajetória unidirecional, que aponta para o crescente fortalecimento da expressão do falante: *significados identificáveis nas situações extralingüísticas* > *significados fundados na marcação textual* > *significados fundados na atitude ou crença do falante a respeito do que é dito*. Como exemplo, os autores citam o desenvolvimento de *while*, do inglês, que apresenta duas etapas fundamentais, conforme esquematizado abaixo. Na primeira, a expressão nominal/ adverbial *pa hwile pe* evolui para *while*, que assume o papel de conectivo temporal, com função claramente coesiva e, na segunda, *while* passa a funcionar como conectivo concessivo, produto da combinação dos fatores coesão e atitude do falante.

pa hwile pe >
"no tempo em que"
situação temporal
uso nominal/adverbial

while >
"durante", "enquanto"
relação coesiva de tempo:
"simultaneidade"
conectivo temporal

while
"embora"
expressão da atitude do falante
conectivo concessivo

Já os alemães Heine *et al.* (1991) entendem que o processo pelo qual um item lexical ganha estatuto gramatical envolve a transferência de sentidos entre categorias cognitivas, que eles organizam conforme a escala: PESSOA > OBJETO > ATIVIDADE > ESPAÇO > TEMPO > QUALIDADE. Cada categoria, que inclui uma variedade de conceitos, representa um domínio de conceituação relevante para a experiência humana. A relação entre essas categorias é, segundo Heine e colaboradores, de natureza metafórica, no sentido de que qualquer categoria pode ser usada para conceituar outra categoria, contanto que esta esteja à sua direita. Desse modo, OBJETO pode ser usado para conceituar ESPAÇO, este pode ser usado para conceituar TEMPO, e assim por diante. Nessa cadeia, quanto mais um elemento estiver à direita, mais avançado é o seu estágio de GR, porque mais avançado é seu grau de abstratização.

Para a GR de conjunções, Heine *et al.* sugerem um esquema mais simplificado, a saber, ESPAÇO > (TEMPO) > TEXTO, em que o item gradativamente se associa a significados novos, cada vez mais abstratos, partindo da categoria Espaço, que é mais concreta, passando alternativamente pela categoria Tempo, que é menos concreta que Espaço, e culminando na categoria Texto, que é mais abstrata que as anteriores.

Os trabalhos de Sweetser (1991), referências obrigatórias nos estudos sobre GR, são fundamentados teoricamente numa semântica de base cognitivista, aliada às tradições de análise pragmática e da teoria dos atos de fala. Uma das maiores contribuições de Sweetser para o entendimento da GR vem de sua persistência em dar um tratamento unificado às mudanças de significado. Segundo ela, as mudanças de significado que acompanham a GR, assim como as mudanças em geral, podem ser descritas pelo mesmo modelo teórico, o que leva à rejeição da hipótese de que a GR é um processo de mudança distinto.

O mecanismo de mudança semântica proposto por Sweetser opera através de projeções metafóricas entre três diferentes domínios conceituais: o domínio do conteúdo (sócio-físico), o domínio *epistêmico* (raciocínio lógico) e o domínio *conversacional* (atos de fala). Como as projeções são de cunho metafórico, diz a autora, elas têm uma direção bem definida, de crescente abstratização: partem do domínio do conteúdo em direção ao epistêmico e conversacional, o que equivale a dizer que o vocabulário dos domínios mais abstratos, normalmente próximos às experiências mental e conversacional, tende a derivar do vocabulário dos domínios mais concretos, normalmente próximos à experiência física.

Nas projeções entre domínios, alguns traços de significado do domínio fonte podem ser perdidos, enquanto outros são sempre preservados, e a eles são somados traços de significado do domínio alvo. Dessa forma, as projeções fazem surgir formas polissêmicas que, para Sweetser, representam diferentes estágios de GR, que podem ser analisados em ambas as dimensões a sincrônica e a diacrônica. Da perspectiva sincrônica, um estágio é mais gramaticalizado do que qualquer outro à sua esquerda, entendendo-se por “mais gramaticalizado” aquele item que é mais

abstrato em conteúdo semântico. Da perspectiva diacrônica, um estágio é considerado historicamente anterior a qualquer outro à sua direita.

2. A HISTÓRIA DAS CONJUNÇÕES

Antoine Meillet (1912) já afirmava, em seu *Le renouvellement des conjonctions*, que a classe das conjunções é dominada por uma necessidade contínua de transformação e que palavras de diferentes classes podem ser recrutadas para assumir o papel de conjunção. As declarações de Meillet são reforçadas pela história das conjunções, em sua evolução do latim ao português. O latim clássico contava com uma porção de conjunções coordenativas e subordinativas que eram, em sua maioria, multifuncionais, ou seja, dependendo do contexto, podiam estabelecer diferentes relações de sentido. Desse considerável elenco de conjunções, poucas eram empregadas no latim vulgar, a variedade de latim que deu origem às línguas românicas. Este criou algumas poucas conjunções e passou a usar por toda parte um *quod* (que sofreu concorrência de *quid* e *quia*), para assinalar as diversas formas de subordinação. O *quod* se tornou no latim vulgar a conjunção subordinante por excelência, e começou a funcionar também como parte final de perífrases conjuncionais formadas a partir de bases preposicionais ou adverbiais (Maurer, 1959).

Os historiadores da língua portuguesa são unânimes em afirmar que a constituição do quadro conjuncional do português foi caracterizada pelo abandono de grande parte das conjunções latinas, das quais permaneceram apenas: *e* (*et*), *ou* (*aut*), *nem* (*nec*), *quando*, *se* (*si*), *como* e *que*. Para suprir a falta de conjunções, a língua portuguesa recorreu a duas estratégias, que têm em comum a reutilização de material da própria língua: (i) habilitou palavras de natureza diversa ao papel de conjunção, como aconteceu, por exemplo, com *porém*, *logo* e *quando*, que na origem são advérbios; e, (ii) generalizou o processo iniciado no latim vulgar, que consiste em combinar a partícula *que* com palavras de diferentes categorias para a formação de perífrases conjuncionais.

Dessa forma, no que toca à formação do sistema conjuncional do português, a história mostra a coexistência de dois estágios contrastantes: de um lado, a redução do inventário de conectivos, em que o *que* assumiu quase todos os mecanismos de subordinação; e, de outro lado, uma ampliação desse inventário, provocada pelo aparecimento de uma quantidade de perífrases conjuncionais formadas a partir do *que*. Mais relevante, contudo, é perceber que a estratégia de produção de perífrases continua ainda hoje muito produtiva, prova disso está no uso cada vez mais freqüente da adversativa *só que*, no português falado e escrito.

3. A PERÍFRASE *SÓ QUE*

Nesta seção, descrevo o comportamento lingüístico de *só que*, em dados do português falado e escrito¹. Para isso, contemplo dois aspectos: a invariância e as variantes de *só que*. A invariância diz respeito às características que são constantes em todas as ocorrências de *só que* como, por exemplo, o sentido básico que a perífrase estabelece entre os segmentos que une. Já as variantes, por outro lado, dizem respeito ao fato de que, dependendo das condições de uso, *só que* pode assumir cinco acepções de sentido, cuja análise depende, em grande parte, da consideração de fatores relacionados à orientação argumentativa e à distribuição de informação.

3.1 Invariância: características definidoras de *só que*

Para caracterizar a invariância de *só que*, retomo parte dos critérios que, em trabalho anterior (Longhin, 2003), utilizei para evidenciar que *só que* é uma conjunção coordenativa. Esses critérios foram extraídos de um texto de Charles Bally (1965), intitulado *Trois formes caractéristiques d'énonciation: phrase coordonnée, phrase segmentée, phrase liée*, no qual identifiquei a possibilidade de atribuir à combinação de orações um caráter gradual, explicável pela concorrência de vários fatores. Embora antiga, a proposta de Bally traz para o estudo das orações compostas uma contribuição extremamente original, já reconhecida antes por Ducrot (1977), Koch (1987), Guimarães (1987) e Carone (1988), e tem entre outras vantagens a de lançar mão de noções de ordem semântica para distinguir três formas de combinar orações, que o autor denomina Coordenação, Segmentação e Soldadura.

O caráter peculiar da abordagem de Bally (1965) já aparece na própria noção de oração, que é desvinculada da representação, a que estamos acostumados, que estabelece uma distinção sintática entre sujeito e predicado gramaticais. Para o autor, toda oração é um ato de enunciação completo, que se presta a uma caracterização tipicamente funcional, a saber, é suscetível de bipartição em dois segmentos de importância comunicativa diferente: o tema e o propósito. O tema é definido como o ponto de partida ao qual é acrescentado o propósito, que é o centro

¹ O material de fala foi composto a partir da seleção de várias amostras. Do PEUL, tomei dois corpora: "Amostras do português falado no Rio de Janeiro" (APF), organizado por Paiva (1999), e o "Banco de Dados Interacionais" (DBI), organizado por Roncarati (1996). Do NURC, utilizei a amostra mínima, o chamado *corpus* compartilhado do Projeto Gramática do Português Falado, que inclui dados procedentes de cinco capitais. Além disso, pesquisei um conjunto de narrativas de experiência pessoal (NEP), que integra o acervo da UNESP/S.J. Rio Preto, e que foi constituído nos anos de 1991 a 1994. O material de escrita foi composto pela seleção dos números semanais da revista *Veja*, referentes aos anos 32 a 35.

de interesse da comunicação. A seqüência (tema)/propósito corresponde ao padrão habitual, mas é possível prever enunciações formadas apenas pelo propósito.

A coordenação semântica, nos moldes de Bally, deve satisfazer duas condições prévias: dados os segmentos A e B, eles serão coordenados se (i) A constituir um ato de enunciação completo, capaz de funcionar de forma independente; e, (ii) B constituir o propósito de A. Aplicadas aos enunciados com *só que*, essas condições explicam duas características que invariavelmente são apresentadas por essa perífrase, a saber:

(a) Só que articula segmentos autônomos. Num enunciado “A, só que B”, A constitui um ato de enunciação capaz de funcionar sozinho, independentemente da presença de B. Por exemplo, em (02), o segmento A (“Rodolfo continua a fazer rock pesado”) é autônomo e comporta em si um tema (“Rodolfo”) e um propósito (“continua a fazer rock pesado”).

(02) Rodolfo, ex-Raimundos, continua a fazer rock pesado. *Só que* com letras cheias de mensagens religiosas (Veja, ano 35, nº 8, p. 117).

(b) Só que introduz a informação mais importante. Num enunciado “A, só que B”, B constitui o propósito de A, prevalecendo, dessa forma, o padrão habitual em que o tema é seguido pelo propósito. Isso equivale a afirmar que o segmento A, ao mesmo tempo em que se presta à análise em tema/propósito, é também tomado como tema de B; e que o segmento B introduzido por *só que* acrescenta ao discurso a informação mais importante ou saliente, aquela que, do ponto de vista contextual, é geralmente nova, no sentido de não ter sido considerada antes.

Além disso, Bally propõe que, particularmente na coordenação, o primeiro segmento (tema) é sempre retomado no segundo (propósito), ou melhor, que B contém um “representante” de A, em razão de uma retomada de base anafórica. Ora, se ao pronunciar A, o locutor faz o ouvinte considerar um conjunto de informações, que servirá de suporte para a introdução de uma nova porção de informação trazida por B, então é natural que A e B compartilhem informações, caso contrário não teria justificativa a união desses elementos. Esse critério de Bally ajuda a explicar mais uma característica de *só que*, que descrevo em (c):

(c) Os segmentos unidos por só que sustentam uma relação coesiva. Existe entre os elementos unidos por *só que* uma relação coesiva, que é essencialmente anafórica: o enunciado introduzido por *só que* toma o enunciado precedente como tema, retomando explicitamente um de seus constituintes, como é o caso de “os trombadinhas”, no exemplo (03), ou retomando, por meio de associações que envolvem cálculo de sentido, uma informação implícita, que é reconstruída via inferênciação, através da mobilização dos contextos lingüístico e cognitivo. Este é o caso de “caldo”, no exemplo (04) que, embora não tenha sido mencionado antes,

pode ser inferido a partir do conhecimento comum que os interlocutores têm de canja.

(03) Essas crianças estão aprendendo a conseguir o que querem na marra, como se não existisse lei. Desse ponto de vista, elas foram igualadas pelo MST aos trombadinhas que amedrontam os cidadãos dos grandes centros urbanos. **Só que** em geral os trombadinhas não têm família, ao contrário dos pequenos sem-terra (Veja, ano 33, nº 27, p.50).

(04) Doc: Como é que é? Cê sabe como é?

L1: é o pato assim... ele vem o pato cozido feito uma espécie de canja... **Só que** o caldo é justamente uma água misturada com farinha (NURC/DID-328-RJ)

Em outras palavras, o enunciado introduzido por *só que* tem a dupla função de recuperar ou reativar uma informação dada, por meio da remissão a elementos já mencionados antes ou a elementos inferíveis do contexto; e de predicar sobre essa informação dada, acrescentando informação nova.

Outro critério que, para Bally, é relevante para explicar a coordenação é a relação de sentido. Segundo o autor, a colocação de dois enunciados lado a lado é justificada, antes de mais nada, pelo sentido que emerge dessa colocação, mesmo na ausência de qualquer marca explícita de conexão.

(d) **Só que estabelece entre A e B uma relação de contraste.** A relação de sentido que emerge da articulação com *só que* consiste num tipo de contraste que decorre da quebra ou cancelamento de uma pressuposição, entendendo-se por “pressuposição”, em sentido pragmático, toda informação que é tomada pelo falante como conhecimento comum entre os participantes da interação. Ou, nas palavras de Stalnaker (1972), “pressupor uma proposição no sentido pragmático é aceitar como certa a sua verdade, e supor que os outros envolvidos no contexto façam o mesmo”.

3.2 As aceções contextuais de *só que*

Só que marcador de diferença: se fundamenta em uma comparação de igualdade entre dois elementos; inicialmente o locutor apresenta as similaridades existentes entre eles, para então cancelar as pressuposições criadas por essas similaridades. Ao lançar mão da comparação, o locutor realiza uma seqüência de estratégias de caráter altamente pragmático:

(i) busca no mundo um conjunto de informações que julga compartilhado pelo(s) interlocutor(es) e o transforma em uma espécie de “modelo” para aquilo que vai comunicar, visando com isso facilitar o processamento das informações;

- (ii) assinala a diferença entre o que é comunicado e o modelo evocado, recorrendo a um enunciado introduzido por *só que*, que traz uma informação geralmente nova, não considerada antes; e,
- (iii) (com a marcação de diferença), cancela parte das expectativas ou pressuposições que foram despertadas no(s) interlocutor(es).

Essas estratégias estão evidentes no exemplo (05), em que para explicar a receita do arroz-doce, a locutora evoca o “modelo” do arroz comum, que inclui determinados procedimentos, associados a um número de ingredientes. Depois de igualar as duas receitas, a locutora utiliza um enunciado com *só que* para marcar a diferença, que está na exclusão de apenas dois dos ingredientes.

(05) A: *Eu nunca fiz arroz-doce...*

B: Faz igual a um arroz comum, *só que* sem alho e sem sal (PEUL/BDI, p.50)

Só que marcador de refutação: é característico de contextos em que o locutor desmente, nega ou contesta uma informação explícita ou implicitamente veiculada antes, e fornece a seguir a informação que julga correta. Nessa acepção de só que, predomina uma estrutura que associa uma refutação a uma retificação, necessitando apenas da presença de um conjunto opositivo que, para o exemplo (06) abaixo, é o par enfarte vs. veia entupida.

(06) oh:: o senhor tá com infarti... tem que ir prá Rio Preto... que aqui num tem aparelhagem que precisa... ele me levou no hospital... na Santa Casa... aqui de Rio Preto... fiquei dez dia internado... cinco dia no CTI... ligado nos aparelho... aí depois eu fui pro quarto... fiquei em observação... aí:: me liberaram... vortei... prá trabalhá fiquei um tempo que eles me deram... trabalhei mais... resto do mês... aí eu vortei a senti mal de novo... **Só que** aí já num era infarti.. aí já era... é:: é... uma veia entupida... (NEP/91)

Em virtude da negativa explícita, essa acepção de *só que* comporta uma polémica imaginária, nos termos propostos por Vogt e Ducrot (1980). Para esses autores, qualquer enunciado negativo pressupõe uma asserção prévia e implícita, que é atribuída a um possível enunciadador, de modo que quando o locutor enuncia não-X, necessariamente se faz enunciar X, ao qual ele vai se opor. Assim, o locutor traz para seu discurso uma enunciação virtual, pela qual não se responsabiliza, para então rejeitá-la. Sob essa análise, o significado dos enunciados com *só que* marcador de refutação é polifônico: há mais de uma voz presente na enunciação e o cancelamento de pressuposições se dá a partir do conflito instalado entre essas vozes.

Só que marcador de surpresa: é típico de situações em que o imprevisto, o inesperado, o indesejado ou o incompatível contrasta com o que é considerado

“normal” no mundo dos interlocutores. Por exemplo, nas ocorrências em (07), só que cancela pressuposições na medida em que introduz fatos inesperados numa linha discursiva que tinha uma direção previsível, baseada no conhecimento comum dos participantes.

(07) a gente tinha combinado de passar o carnaval na praia né... então ia eu... duas amigas minhas e o namorado de uma delas... aí a gente tinha combinado pra saí as oito... da noite né... **só qui** começou a maior chuva... aí meu pai começou a implicar... não vocês não vão agora não... é perigoso né. [...] e saímos né... pra viajar assim com a maior chuva né, com aquela maior tempestade... aí quando a gente tinha andado assim umas quatro horas mais ou menos... a chuva já tinha parado... **só qui** tinha um galho... no meio da estrada. (NEP/94).

Só que marcador de contra-argumentação: conceito de argumentação utilizado neste trabalho é aquele da Teoria da Argumentação, proposta teórica que teve origem nos escritos dos lingüistas Anscombe & Ducrot (1976), e que foi aplicada com sucesso em dados do português, particularmente nas décadas de setenta e oitenta. Tal proposta consiste numa teoria semântica centrada em aspectos pragmáticos do sentido, que rejeita qualquer tentativa de análise em termos lógicos. A tese de Ducrot (1977, 1981) é que usamos a linguagem sobretudo para fins argumentativos: a todo momento pretendemos atuar sobre nossos interlocutores, com intuito de obter deles determinadas respostas lingüísticas ou não lingüísticas. Argumentar é, para ele, utilizar um enunciado A com a finalidade de justificar um enunciado B, reconhecendo-se em A um argumento, e em B, uma conclusão.

Meus dados revelam que há mais de uma situação em que só que funciona como suporte para uma contra-argumentação. Na primeira, exemplificada em (08), o locutor dá legitimidade a uma conclusão, mas depois a descarta em favor da conclusão contrária:

(08) A gente começa a cantar escondido, aí como todo mundo começa a rir, aí ela percebe, sabe? É, deixa eu ver mais quem? Tem o Carlos de ciências- ciências. (aos) [ele] ele é legal, assim, sabe? **Só que** eu não vou muito com a cara muito com a cara dele não (PEUL/APF-Adr63c)

Nessa ocorrência, o enunciado “Carlos é legal” argumenta em favor da conclusão “todos, inclusive o locutor, gostam do Carlos”. Mas não é essa a conclusão legitimada, pois esse argumento na verdade não é do locutor. Provavelmente ele é atribuído a outro(s) enunciador(es). Trata-se, portanto, de mais um caso em que a “voz do outro” tem lugar nos enunciados com *só que*: o locutor reconhece a validade do argumento “do outro”, incorpora esse argumento em seu discurso, mas de maneira alguma adere a ele. Sua conclusão definitiva pressupõe um argumento decisivo contrário àquele do enunciador.

Outra situação em que *só que* funciona como suporte para uma contra-argumentação é exemplificada em (09), em que “falta professor” e “as professora num sabe entender a gente” são argumentos que contrastam com a conclusão, mencionada antes, de que o locutor não tem nada contra o colégio:

(09) Doc: O que você diz do colégio?

Inf: Num tenho nada contra não, **só que** falta professor né, e às vezes as professora num sabe entender a gente, porque no último ano nós tamos quase tudo reprovado na oitava série (PEUL-APF-Adr63c)

Nesse exemplo, o locutor lança mão de um expediente muito comum no discurso preconceituoso, em que se tem enunciados do tipo “não é que eu seja racista, mas...”. É uma estratégia em que o locutor apresenta primeiramente uma opinião de caráter atenuador (“não tenho nada contra não”), pela qual preserva sua própria face (Koch, 1997), para depois explicitar seu verdadeiro julgamento.

Só que marcador da não-satisfação de condições: nesse caso, conforme o exemplo (10), o cancelamento de pressuposição decorre do desacordo entre a vontade ou necessidade de ser ou de fazer algo e o não cumprimento, por alguma razão, de pelo menos uma das condições necessárias.

(10) E: *Vem cá! (hes) Você tem vontade, assim de ter filhos algum dia?*

F: Tenho. Isso eu tenho vontade.

E: Tem?

F: **Só que** a mulher, aí não pode. Ela tem problema, sabe? (PEUL/APF-E25)

4. INDICAÇÕES DA GRAMATICALIZAÇÃO DE *SÓ QUE*

Os sintomas mais salientes de que a GR ocorreu – a mudança de sentido e a mudança de categoria – são constatados no caso de *só que*, visto que o processo envolveu uma mudança de categoria, em que a partícula *só*, de natureza adverbial, se combinou com a partícula multifuncional *que*, para a formação de uma nova conjunção, que não existia antes e que veio ampliar o paradigma das adversativas do português.

A caracterização conjuncional de *só que* foi feita na seção 3.1, em que mostrei, fundamentada em um número de critérios, que a perífrase é tipicamente uma conjunção coordenativa: *só que* une um enunciado autônomo a uma circunstância nova, não considerada até o momento, estabelecendo entre eles um sentido básico, fortemente pragmático, que é produto do cancelamento de uma pressuposição comum aos participantes na interação comunicativa. Esse sentido básico, que está

subjacente a todas as ocorrências de *só que*, é especificado conforme condições contextuais, do que resultam as várias acepções de *só que*, que descrevi na seção 3.2.

Acrescente-se a isso que o esquema de interpretação proposto por Traugott & König (1991), em termos da mudança entre os domínios proposicional > textual > expressivo, e aquele proposto por Sweetser (1991), em termos dos domínios de conteúdo > epistêmico > conversacional, tanto quanto pude avaliar, parecem muito válidos para o tratamento da GR de conjunções, e são particularmente úteis para explicitar que *só que* pode simultaneamente relacionar conteúdos, no domínio proposicional, e articular expectativas, no expressivo. Em outros termos, no caso de *só que*, há um esquema de quebra de expectativa, que se transfere para diferentes domínios, produzindo as várias acepções de *só que*, que devem ser entendidas como novos significados gramaticalizados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANSCOMBRE, J.; DUCROT, O. (1976). L'argumentation dans la langue. *Langages*, Paris, v.42, p.5-27.
- BALLY, C. (1965). *Linguistique générale et linguistique historique*. 4.ed. Berne: Éditions Francke.
- CARONE, F. (1988). *Subordinação e coordenação: confrontos e contrastes*. São Paulo: Ática.
- DUCROT, O. *Princípios de semântica lingüística*. São Paulo: Cultrix, 1977.
- _____. *Provar e dizer*. São Paulo: Global Ed., 1981.
- GIVÓN, T. *On understanding grammar*. London: Academic Press, 1979.
- GUIMARÃES, E. *Texto e argumentação*. Campinas: Pontes, 1987.
- HEINE et al. (1991). *Grammaticalization: a conceptual framework*. Chicago: The University of Chicago Press.
- KOCH, I. (1987). *Argumentação e linguagem*. 2.ed. São Paulo: Ática.
- _____. (1997). *O texto e a construção dos sentidos*. São Paulo: Contexto.
- LONGHIN, S. R. (2003). *A gramaticalização da perífrase conjuncional "só que"*. Tese de Doutorado em Lingüística. Instituto de Estudos da Linguagem, UNICAMP, Campinas.
- MAURER, T. (1959). *Gramática do latim vulgar*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica.
- MEILLET, A. (1912). *Linguistique historique et linguistique générale*. Paris: Libraire Honoré Champion.
- PAIVA, M. C. (Org.) (1999). *Amostras do português falado no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: UFRJ/CAPES.
- RONCARATI, C. (Org.) (1996). *Banco de dados interacionais: programa de estudos sobre o uso da língua*. Rio de Janeiro: UFRJ/CNPq.

- STALNAKER, R. Pragmatics. (1972). In: DAVIDSON, D.; HARMAN, G. (Ed.). *Semantic of natural languages*. Dordrecht: D. Reidel Publishing Company, p.380-397.
- SWEETSER, E. (1991). *From Etymology to pragmatics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- TRAUGOTT, E.; KÖNIG. (1991). The semantic-pragmatics of grammaticalization revisited. TRAUGOTT; HEINE (orgs.) *Approaches to grammaticalization*. John Benjamins Publishing Company.
- VOGT, C. & DUCROT, O. (1980). De "magis" a "mas": uma hipótese semântica. In: VOGT, C. *Linguagem, pragmática e ideologia*. São Paulo: Hucitec, p.103-128.